A última caldeira da Central Tejo e a tentativa falhada de uma nova central termoeléctrica em Lisboa.

Em 4 de Junho de 1943 as CRGE apresentaram à consideração do Presidente da Junta de Electrificação Nacional um requerimento solicitando a autorização para substituir, na Central Tejo, um grupo gerador antigo de 9 Watt MW e quatro caldeiras de baixa pressão por um grupo gerador de 25 MW e duas caldeiras de 70 toneladas/hora.

A este requerimento não foi dado qualquer seguimento e, em Novembro de 1944, apresentaram um memorando, em que alteravam o programa esboçado no pedido anterior, com base no facto de durante esse ano e meio, o aumento dos consumos terem sido de tal ordem que tornava inviável a solução inicialmente proposta. Avançavam assim para outra solução que compreendia a instalação de um novo centro produtor. Justificavam esta opção com cálculos de previsão de consumos de electricidade até meados da década de 1950, com tempos e custos de execução da construção de uma nova central termoeléctrica em terrenos junto à Fábrica de Gás da Matinha pertencentes à administração geral do Porto de Lisboa. Contudo, a Direcção Geral dos Serviços Eléctricos foi da opinião que a solução deveria passar pela primeira proposta adiantada pelas CRGE e não por uma nova central.

Face a este impasse, em Agosto de 1945, ficou acordado entre o Ministro da Economia e a administração das CRGE, deixar em suspenso a discussão do problema até ser constituída a empresa Hidroeléctrica do Zêzere e iniciadas as obras da Central hidroeléctrica do Castelo do Bod previstas no futuro caderno de encargos a adjudicar a esta empresa, no intuito de se ajuizar melhor as possibilidades futuras de abastecimento de Lisboa em energia hidroeléctrica, conforme estava contemplado nas bases da Lei 2002 - Lei da Electrificação Nacional – Lei da Electrificação Nacional publicada em 1944 - que atribuía prioridade absoluta ao aproveitamento dos recursos hídricos dos grandes rios do país.

Mas as CRGE não desistem e, entre 1945 e 1947, enviam vários requerimentos, chegando mesmo a declarar às instâncias oficiais, que assumiriam todo o risco financeiro da construção da nova central termoeléctrica (orçada em 120 mil contos), abandonando todo e qualquer direito à compensação derivada da lei da electrificação – no caso da abundância de energia hidroeléctrica ser tal, que a laboração da nova central térmica se tornasse dispensável depois da entrada em serviço da central do Castelo do Bode no Zêzere.

Na exposição que em 1946 as CRGE dirigiram ao subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria declararam, “não estarem em condições de assumir a responsabilidade do pontual provimento do serviço concedido para além do Inverno de 1848-49, devidos às demoras sofridas no deferimento do seu pedido, apresentado pela

Por: Fernando Faria

primeira vez em Novembro de 1944". (Exposição das CRGE em 11 de Julho de 1946 ao Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria. AHFEDP)

Apesar das condições propostas pelas CRGE, o Ministro da Economia profere um despacho em Abril de 1947 indeferindo o seu pedido. Não se conformando com esta decisão, as CRGE resolvem recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual negou provimento ao recurso por acórdão de 2 de Abril de 1948, concedendo-lhes as instâncias oficiais, apenas autorização para montar mais uma caldeira de alta pressão, a nº 15, que só veio entrar em serviço em 1951, precisamente no ano em que chegou a Lisboa energia eléctrica produzida pela Central do Castelo do Bode.

Para a instalação desta última caldeira da Central Tejo, que se colocou contígua à caldeira 12 (lado poente), foi necessário demolir a fachada existente, cravar novas estacas e construir com a respectiva estrutura metálica e alvenarias a nova ala onde se instalou a caldeira. As obras da estrutura metálica ficaram a cargo da CUF e as fundações e prolongamento do edifício a cargo da firma Societé des Pieux Franki. As obras tiveram início em 1950 ficando concluídas em Junho de 1951, com alguma atraso em relação ao programado devido à demora com que o material enviado pela Babcock & Wilcox foi chegando. A caldeira nº 15 entrou em serviço a 19 de Setembro de 1951, altura em que a Central Tejo já estava na situação de "reserva".